

11 OUT 1987

Parlamentarismo é institucionalização do pantano

CLAUDIO CAMPOS
Especial para o CORREIO

Uma insistente campanha veiculada pelos órgãos de comunicação se empenha em convencer os constituintes e a opinião pública de que o sistema parlamentarista de governo é o mais "avançado", o mais "moderno" e o mais adequado ao País.

Não obstante, os brasileiros, que ao longo dos últimos vinte anos travaram uma dura luta pelo direito de participar diretamente da eleição do chefe de governo, não demonstram receptividade à idéia de abrir mão desse direito arduamente conquistado, e inclusive já inserido, a partir do primeiro ano da Nova República, na atual Constituição. Pelo contrário, os brasileiros permanecem majoritariamente convencidos da importância de elegerem diretamente não uma decorativa rainha da Inglaterra, mas um verdadeiro presidente da República.

Uma vez mais, a sensibilidade do povo brasileiro se revela plenamente sintonizada com a realidade. A adoção do parlamentarismo se constituiria num virulento e inaceitável revés para a luta democrática no País, e uma inadmissível ruptura com a mais sentida aspiração popular manifestada ao longo da luta contra a ditadura.

Não é gratuito que exatamente os mesmos setores que se rebelam contra um tratamento soberano do problema da dívida externa e de outros problemas do País, sejam os que mais insistentemente se mobilizam pelo parlamentarismo. E que aos interesses internacionais que secularmente sangram o Brasil, bem como aos seus associados e dependentes internos, não interessa que o País tenha finalmente um chefe de governo eleito pelo povo, referendado e sustentado diretamente pelo sufrágio da população, em melhores condições, portanto, de fazer-lhes frente na luta por um Brasil desenvolvido e independente. Ao longo das duas últimas décadas, em que o País não teve presidente da República, mas na verdade ditadores impostos à Nação, tais interesses antinacionais não levantaram uma única palavra contra o presidencialismo e a favor do parlamentarismo. Aquele "presidencialismo" servia-lhes perfeitamente. Quando, no entanto, o País se encontra na iminência de eleger democraticamente verdadeiros Presidentes da República, através do sufrágio popular direto, então, justamente agora, o presidencialismo não é mais democrático, não serve mais, é preciso frustrar e ludibriar a população substituindo-o por uma figura puramente decorativa, que não represente qualquer risco a certos privilégios estabelecidos. Até porque, em função do crescimento político do nosso povo, os interesses antinacionais já não dispõem de um único nome "conflável" para disputar com reais possibilidades de êxito um pleito presidencial direto. As alternativas verdadeiramente viáveis se situam todas, com maior ou menor consequência e habilidade, dentro do campo nacional e democrático. É por isso que é preciso banir da nossa vida política a figura do presidente da República, e dilu-la num ar-

rango parlamentar onde seja possível procrastinar decisões, eludir responsabilidades e desmobilizar a população.

Tais interesses não se cansam de asseverar que o marxismo está "morto", que ele não passa de uma ridicularia autoritária, fantasmiosa e inconseqüente. No entanto, não desprezam a menor e suposta possibilidade de distorcê-lo em defesa dos seus carcomidos interesses. Estão, na verdade, perfeitamente conscientes da autoridade política, moral e científica do marxismo. Tentam, assim, instrumentalizar a conhecida tese de que "a república parlamentar, tal como a conhecemos na Europa, é a forma mais avançada de democracia burguesa", afirmada no início do século. Omitem, portanto, que essa declaração não tem absolutamente coisa alguma a ver com a atual polémica presidencialismo X parlamentarismo, e se refere à superioridade democrática da república burguesa — da qual o sufrágio universal direto e o parlamento são as características mais marcantes — sobre qualquer forma de poder monárquico. Ao contrário do que pretendem os nossos "parlamentaristas" de última hora, as duas revoluções burguesas mais democráticas e radicais conhecidas, a francesa e a americana, deram historicamente origem a regimes presidencialistas, enquanto o parlamentarismo, notadamente na Inglaterra, tem origem exatamente na política de contemporização com o poder monárquico — ou, mais precisamente, imperial.

Numa inútil e acodada tentativa de corromper ideologicamente o nosso Parlamento, e incentivar nele o execrável fisiologismo, nossa colonizada oligarquia se empenha em fazer crer que num sistema parlamentarista os parlamentares teriam maior voz ativa e maior parcela de poder. A verdade é exatamente o inverso: no Brasil, o parlamentarismo é o regime que favorece o império da plutocracia financeira e industrial internacional e a degradação de todo o nosso poder público, que ela persegue com tão reconhecido empenho. O fortalecimento de um poder público democrático e eficaz demandam hoje, mais do que nunca, um Executivo e um Legislativo fortes, em suas respectivas áreas de atribuições, e solidariamente empenhados na defesa de nossa soberania e do nosso desenvolvimento.

Da mesma forma, tentam atrelar a decisão sobre o sistema de governo à maior ou menor simpatia pelo atual Presidente, numa aviltante agressão às funções da Assembléia Nacional Constituinte.

Estamos seguros, portanto, de que a opinião pública brasileira, que já demonstrou ser capaz de vencer adversários e manobras muito mais bem armadas, saberá mobilizar-se em defesa do seu inalienável direito de eleger diretamente o chefe do governo, e de que os nossos Constituintes igualmente saberão distinguir a defesa sincera de uma solução atrasada e equivocada, de uma manobra reacionária claramente voltada contra a Nação, o povo e o seu parlamento.

E do povo o direito de eleger o Presidente!